

Neconstitucionalismo

@beatriznamiestudies

- **classificação em "ramos do direito"**
 - ↳ o direito constitucional está alocado como direito público, por tratar diretamente da organização e funcionamento do Estado.
 - deveria ser colocado dentro do direito público fundamental.
 - forte influência do direito constitucional sobre o direito privado.
 - ↳ especialmente diante da dignidade da pessoa humana.

dignidade

da pessoa humana

- direito civil-constitucional.
- eficácia horizontal dos D. Fundamentais
- descodificação do D. civil.
- microsistemas
- Despatrimonialização do D. civil

Constitucionalismo

- ↳ **conceito** técnica específica de limitação do poder com fins garantísticos.
- Podemos afirmar que os textos constitucionais contém regras de limitação ao poder autoritário e de prevalência dos direitos fundamentais.
- passou por uma ampla evolução ao longo do tempo.

neconstitucionalismo

- ↳ Busca-se aqui, não mais, apenas arrelar o constitucionalismo à ideia de limitação do poder político, mas, acima de tudo, assegurar a eficácia da Constituição.

- pontos marcantes**
 - ① **Estado Constitucional de direito**: a Constituição passa a ser o centro do sistema;
 - ② **Conteúdo axiológico da Constituição**: a Constituição passa a consagrar valores e opções políticas, destacando-se a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais;
 - ③ concretização dos valores constitucionais e garantia de condições dignas mínimas;

Const. e Soberania popular

- ↳ O titular do poder é o povo. Como regra, o exercício desse poder, cujo titular é o povo, dá-se por meio dos representantes do povo.
- o povo também realiza diretamente, concretizando a soberania popular, que é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- ↳ a Constituição consagra a ideia de democracia semi-direta ou participativa, verdadeiro sistema híbrido, ou seja, tanto a democracia direta como a indireta.
- plebiscito**
referendo
iniciativa popular
- ↳ Competência de autorizar, referendo e convocar plebiscito é exclusiva do Congresso Nacional, materializado por decreto legislativo.